Seguidamente, entrando no ponto 4.º da ordem de trabalhos, o representante do accionista Caixa Geral de Depósitos apresentou a seguinte proposta:

«Propõe-se que sejam eleitos, para o triénio 2006/2008, os seguintes membros para os órgãos sociais:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Dr. José Lourenço Soares.
Vice-presidente: Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro.
Secretário: Dr.ª Maria Amélia Vieira de Figueiredo Carvalho de Figueiredo.

Conselho de administração:

Presidente: Caixa Geral de Depósitos, S. A., que nomeia nos termos do artigo 390.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, o Dr. Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.
Vogais:

Caixa — Participações, SGPS, S. A., que nomeia nos termos do artigo 390.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, o Dr. António Manuel Maldonado Gonelha.
Dr. Vitor José Lilaia da Silva.

Fiscal único:

Efectivo: Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada pela Dr.ª Maria Augusta Cardador Francisco.
Suplente: Dr. Carlos Manuel Pereira Freire».

Colocada à discussão e de seguida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.
Finalmente, no quinto ponto da ordem de trabalhos, o representante do accionista Caixa Geral de Depósitos apresentou a seguinte proposta:

«Tendo em consideração a eleição dos órgãos sociais para o triénio 2006-2008 e a possibilidade de dispensar da prestação de caução os novos administradores, conferida pelo n.º 3 do artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se à assembleia geral a votação da referida dispensa».

Colocada à discussão e de seguida à votação a proposta foi também aprovada por unanimidade.
Não havendo mais nenhum assunto a tratar o presidente da mesa declarou encerrada a sessão, pelas 17 horas, da mesma se lavrando a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

A Assembleia Geral: *José Lourenço Soares*, presidente — *Salomão Jorge Barbosa Ribeiro*, vice-presidente — *Maria Amélia Vieira de Figueiredo Carvalho de Figueiredo*. 3000206014

GARVAL — SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S. A.

Sede: Praceta João Caetano Brás, 10, 1.º — 2005-517 Santarém.
Capital social: 6 000 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 506209199.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santarém sob o n.º 4406.

Relatório e contas de 2005

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Instituto de Turismo de Portugal ITP, representado por Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros.
Vice-presidente: Nercab — Associação Empresarial da Região de Castelo Branco, A. E., representada por João Fernandes Antunes.
Secretário: Nerpor — Associação Empresarial da Região de Portalegre, A. E., representada por Jorge Firmino Rebocho Pais.

Conselho de administração:

Presidente: José António Ferreira de Barros.

Vogais:

Luís Filipe Soares dos Santos, indicado pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI.
José Fernando Ramos de Figueiredo, indicado pela SPGM — Sociedade de Investimento, S. A.
João Artur Ferreira da Costa Rosa, indicado pela NERSANT — Associação Empresarial da Região de Santarém, A. E.
Renato Fernando Ribeiro da Silva, indicado pelo Banco BPI, S A.
Anabela Pereira Dolores Frazão, indicada pelo Banco Millennium BCP, S. A.
Isabel Maria Lopes Vieira Neto, indicada pela Caixa Geral de Depósitos, S. A.
Vítor Manuel de Oliveira Ferreira, indicado pelo Banco Espírito Santo, S. A.
António de Sousa Portugal, indicado pela NERLEI — Associação Empresarial da Região de Leiria, S. A.

Comissão executiva:

Presidente: José António Ferreira de Barros.
Membros:

Renato Fernando Ribeiro da Silva.
João Artur Ferreira da Costa Rosa.
Anabela Pereira Dolores Frazão.
Isabel Maria Lopes Vieira Neto.

Fiscal único:

Efectivo: Santos Carvalho & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
Suplente: Armando Luís Vieira de Magalhães.

Relatório do conselho de administração

Introdução

A Garval — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., concluiu em 2005 o seu terceiro ano de actividade. Após a elevada receptividade verificada junto do mercado para o produto Garantia Mútua, o ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País.
A Garval acentuou a trajectória de crescimento que vinha registando em períodos anteriores, o que foi verificável no aumento do volume de garantias concedidas, no crédito apoiado junto do sistema financeiro, no número de garantias emitidas e no número de novos mutualistas.
O ano de 2005 foi também marcado pelo aumento de capital social da sociedade para seis milhões de euros, cifrando-se actualmente em mais do dobro do valor do capital social inicial. Tal como previsto, este aumento de capital social foi subscrito com fundos provenientes do Prime, através do IAPMEI e do ITP, pelos principais Bancos que já eram anteriormente accionistas — Banco BPI, Banco Espírito Santo e Banco Millennium BCP — , bem como através da entrada no capital da Caixa Geral de Depósitos e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. Também representaram um papel relevante as associações empresariais da área de influência da Garval: Nersant, Nerlei, Nercab e Nerpor.
Este aumento de capital social, para além de aumentar o nível de proveitos financeiros da sociedade através da sua aplicação financeira, teve ainda o efeito fundamental de reforçar os Fundos Próprios da Garval, permitindo aumentar a sua capacidade de intervenção autónoma junto das PME. Esta medida foi parcialmente responsável pelo aumento registado no volume de contratação e, consequentemente, pelo crescimento da carteira viva.
A Garval continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PMEs portuguesas, actuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de operações financeiras em condições adequadas às necessidades das empresas. Para a concretização deste objectivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos existentes com Instituições Bancárias anteriormente celebrados (Banco BPI, Millennium BCP, Grupo BES, Caixa Geral de Depósitos e Grupo Santander Totta) e que conheceram, no ano que agora finda, um acentuado crescimento.
Por outro lado, também foi reforçada a capacidade interna da Garval na captação directa de negócio junto das PME. Para além do crescimento sustentado dos recursos humanos da sociedade, foi também

concretizada a abertura de uma agência em Leiria, permitindo à Garval uma maior proximidade com as empresas daquela região.

O produto Garantia Mútua continua o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o consequente aumento da sua notoriedade. Para além da actuação independente da Garval, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional promovida pela SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., em colaboração com as Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Garval e o produto Garantia Mútua mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

Enquadramento macroeconómico

De acordo com as previsões de um conjunto alargado de peritos ligados às principais organizações internacionais, tais como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial e a Comissão Europeia, a taxa de crescimento do PIB global deverá ser de, aproximadamente, 4,3% em 2005, criando-se boas expectativas para um crescimento económico sustentado em 2006.

Os indicadores divulgados em Dezembro vieram confirmar uma boa *performance* das principais economias mundiais, ainda que a ritmos distintos entre as várias regiões.

Quadro 1 — Taxa de crescimento do PIB (percentagem)

	2003	2004	2005 P	2006 P	2007 P
Área euro	0,8	1,8	1,4	2,0	2,2
Japão	1,4	2,7	2,4	2,0	2,0
Estados Unidos	2,7	4,2	3,6	3,5	3,3
OCDE	2,2	3,4	2,7	2,9	2,9
Portugal	— 1,3	1,2	0,8	1,0	1,8

Fonte. — OCDE.

Quadro 2 — Taxa de desemprego (percentagem)

	2003	2004	2005 P	2006 P	2007 P
Área euro	8,8	8,9	8,7	8,4	8,1
Japão	5,3	4,7	4,4	3,9	3,5
Estados Unidos	6,0	5,5	5,1	4,8	4,7
OCDE	7,1	6,7	6,5	6,3	6,0
Portugal	6,4	6,7	7,5	7,8	7,7

Fonte. — OCDE

Quadro 3 — Taxa de inflação (percentagem)

	2003	2004	2005 P	2006 P	2007 P
Área euro	2,1	1,9	1,8	1,7	1,9
Japão	— 0,2	— 1,2	— 1,1	— 0,1	0,6
Estados Unidos	2,3	2,1	2,7	2,5	2,3
OCDE	1,8	2,0	2,1	1,9	1,9
Portugal	3,3	2,5	2,1	2,4	2,1

Fonte. — OCDE.

Estados Unidos da América

A economia americana continua a apresentar sinais bastantes positivos, tendo visto a sua produção aumentar a ritmos sustentados, em simultâneo com um acentuado crescimento da produtividade, estabilidade dos preços e medidas de estímulo orçamental e monetário. A persistência de muitos destes factores, conjuntamente com o dinamismo intrínseco a esta economia, leva a augurar que a retoma se mantenha numa trajectória estável, não obstante os danos provocados pelas catástrofes naturais que têm fustigado o continente americano e o forte aumento do preço do petróleo.

No dia 13 de Dezembro, a reserva federal aumentou a taxa de referência dos *federal funds* em 25 pontos bases para 4,25%, procedendo a um aumento de igual magnitude na taxa de desconto para 5,25%. Esta decisão foi justificada pela possibilidade de o aumento da utilização de recursos na economia e a manutenção dos elevados preços da energia poderem agravar as pressões inflacionistas, apesar de a inflação subjacente se manter a níveis relativamente baixos e as expectativas de longo prazo para a inflação permanecerem contidas.

O mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, impulsionando a confiança dos consumidores, que aumentou em Dezembro.

Menos favorável é o comportamento da balança comercial, cujo défice atingiu em Outubro mais um máximo histórico, permanecendo ainda os riscos dos défices gémeos (orçamental e externo). Com efeito, os americanos continuam a comprar muito mais do que vendem ao resto do mundo, financiando-se à custa da injecção de capital vindo do estrangeiro, especialmente da Ásia.

Japão

Depois de ter marcado uma pausa no segundo semestre de 2004, a actividade económica nipónica voltou a um crescimento vigoroso no primeiro semestre de 2005, não obstante a ocorrência de um conjunto de circunstâncias desfavoráveis. O valor final para o crescimento do PIB foi revisto em baixa, o que se deveu apenas a um contributo da variação de existências menor do que o estimado anteriormente.

Os resultados do inquérito trimestral às empresas *(Tankan)* publicado pelo Banco do Japão para o último trimestre de 2005 sugerem uma melhoria na confiança dos empresários, quer no que se refere à situação actual, quer quanto às expectativas futuras. Esta melhoria de índice de confiança também se faz sentir junto dos consumidores.

O mercado de trabalho, embora tenha vindo a apresentar uma evolução muito favorável, manifestou um ligeiro recuo no fim do ano. Este comportamento resultou da passagem de empregados por conta própria para a situação de desempregados, verificando-se uma estabilização quer do número de activos quer dos empregados por conta de outrem.

Em Outubro, o crédito bancário nipónico registou a primeira variação homóloga positiva em vários anos, de acordo com os dados do Banco do Japão. Esta é mais uma indicação da retoma económica em curso e do esforço de reestruturação levado a cabo em anos recentes, tanto nas empresas como no sector bancário, onde se verificam importantes progressos na resolução do problema do crédito malparado. Apesar dos dados serem encorajadores, representam apenas a primeira indicação de recuperação do crédito após uma década de contracção. A confirmar-se, o aumento do crédito bancário será determinante para a inversão do processo deflacionista e a mudança da política monetária do Banco do Japão, que deverá ocorrer no próximo ano fiscal.

Zona euro

Após vários anos de estagnação, 2005 foi um ano de sinais tímidos de uma retoma na economia europeia. Esses sinais vieram da maior economia da União Europeia, a Alemanha, que evitou uma recessão em 2005, e alguns indicadores apontam para uma melhoria da actividade económica. A recuperação da actividade será essencialmente suportada pelas exportações e pela formação bruta de capital fixo, devendo o consumo privado manter um crescimento moderado ao longo do horizonte de projecção. Pela primeira vez desde há muito tempo, os economistas demonstram um certo entusiasmo para a zona euro, revendo em alta as suas previsões de crescimento.

Em 2006, a economia europeia deverá continuar a beneficiar de uma conjuntura externa favorável, devida ao grande dinamismo da actividade dos EUA e, mais ainda, da Ásia, prevendo-se assim um maior aumento das exportações.

Um crescendo movimento de ordens de encomendas deverá levar a um aumento da confiança dos industriais europeus e, por conseguinte, incentivá-los a investir e a empregar. A redução esperada do desemprego irá com certeza repercutir-se positivamente na confiança das famílias e, consequentemente, nas suas decisões de consumo.

Será principalmente na Alemanha que será esperada a construção de um círculo económico virtuoso, no qual a procura interna se destaca. A economia alemã deverá beneficiar em 2006 de dois impulsos positivos específicos, que são o Campeonato Mundial de Futebol e as compras antecipadas por parte os consumidores alemães perante o aumento da taxa de IVA em 1 de Janeiro de 2007.

No que diz respeito ao nível geral dos preços europeus, e perante sinais de crescimento de inflação nos países da moeda única, o BCE determinou, em Dezembro, uma subida das taxas de juro de referência em 0,25 pontos percentuais para 2,25%, deixando o seu presidente antever que, ao longo de 2006, poderá haver mais subidas. Neste sentido, a maioria dos analistas espera que as taxas de juro subam mais 0,25 a 0,75 pontos percentuais.

Portugal

Quadro 4 — Indicadores sobre a economia portuguesa

	2003	2004	2005 P	2006 P	2007 P
Taxas de crescimento:					
PIB	— 1,2	1,2	0,4	0,8	1,2
Consumo privado	— 0,3	2,3	2,2	1,0	1,5
Consumo público	0,3	1,2	1,0	— 0,2	0,0
Investimento	— 9,9	1,3	— 2,4	0,3	2,3
Exportações	5,0	5,1	0,9	4,7	4,6
Importações	— 0,1	7,0	1,7	3,0	4,1
Contributo para o crescimento do PIB:					
Procura interna	— 2,6	2,0	1,1	0,7	1,5
Investimento	0,0	0,2	— 0,1	0,0	0,0
Procura externa líquida	1,5	— 1,0	— 0,4	0,2	0,2
Taxa de desemprego (percentagem)	6,3	6,7	7,4	7,7	7,8
Taxa de poupança (percentagem do PIB)	10,8	10,0	9,8	9,5	9,4
Taxa de inflação (percentagem)	3,3	2,5	2,2	2,7	2,2
Como percentagem do PIB:					
Balança comercial	— 8,4	— 9,7	— 10,9	— 11,2	— 11,1
Balança de transacções correntes	— 6,1	— 7,8	— 9,5	— 9,7	— 9,4
Balança de pagamentos	— 3,6	— 5,8	— 7,9	— 8,1	— 8,0
Défice público (percentagem do PIB)	— 2,9	— 3,0	— 6,0	— 5,0	— 4,8

Em Portugal continua a viver-se um período de alguma estagnação, embora a economia portuguesa tenha mostrado os primeiros sinais de retoma no primeiro semestre de 2005, visíveis quer no comportamento da procura externa, quer das importações e do consumo privado (neste último caso, em parte pela antecipação de compras devido ao aumento de dois pontos percentuais da taxa do IVA). Na segunda metade do ano, o consumo privado mostrou sinais de abrandamento, o investimento continuou com um comportamento negativo, no sector da construção e obras públicas e também noutros tipos de investimento empresarial. A evolução dos preços do petróleo é responsável pelo abrandamento da procura externa, o que se tem reflectido na revisão em baixa generalizada das previsões do crescimento económico para 2005.

O crescimento do PIB deverá consolidar-se em 2006 e 2007 em Portugal, mas ficando aquém da média da zona euro, continuando a economia a operar abaixo do seu potencial, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho. Este crescimento deverá ter por base a procura externa, ainda que com perda de quota no mercado mundial, até porque a procura interna deverá apresentar um comportamento desfavorável devido aos seguintes factores: o consumo privado será prejudicado pelo aumento do desemprego; o consumo público, pela necessidade de consolidação orçamental; e o investimento, que continuará a tendência negativa do segundo semestre de 2005.

O desemprego deve manter uma tendência de crescimento até 2007, com maior incidência na indústria O elevado nível de desemprego deve permitir manter os custos salariais unitários sob controlo, contribuindo para aumentar a competitividade da economia.

A inflação apresentava-se em queda até meados de 2005, altura em que a alteração da taxa normal do IVA de 19% para 21%, provocou um efeito negativo sobre a mesma. Em 2006 e 2007, o efeito do aumento do IVA dever-se-á desvanecer e a ausência de qualquer pressão por parte da procura deverá contribuir para a continuação da desaceleração da inflação.

A consolidação orçamental continuará a ser o principal desafio da política económica. Após um importante aumento do défice, em 2005, mais evidente no primeiro semestre, provocado pelas despesas sociais e pela decisão do governo em cancelar receitas extraordinárias, é esperado uma redução nos próximos anos, como resultado de aumento de impostos, congelamento de despesas e reformas profundas no lado da despesa.

Em 2005, regista-se um aumento da receita fiscal, superior ao aumento das taxas de incidência aplicadas, o que indicia um aumento da eficiência da administração fiscal na cobrança de impostos. No lado da despesa, quer a despesa salarial, quer as despesas com a saúde, bem como o aumento do número de reformados, criam uma pressão para a subida. No entanto, esperam-se efeitos positivos do aumento dos impostos especiais sobre o consumo, do corte dos benefícios fiscais, das alterações dos esquemas de reforma e de gestão da administração pública.

Não obstante o efeito positivo destas medidas sobre o défice, elas impedirão uma recuperação da procura interna e da poupança no curto prazo, a que acresce que o esforço social poderá não ser recompensado, uma vez que o reduzido crescimento pode anular o efeito destas medidas.

Para promover uma estratégia de crescimento para Portugal, o Governo apresentou recentemente o Plano Tecnológico, visando a criação de melhores condições para a inovação, apostando também na qualificação e tecnologia, pretendendo-se criar condições para o aumento sustentado da produtividade a médio e a longo prazo.

Mercado de crédito:

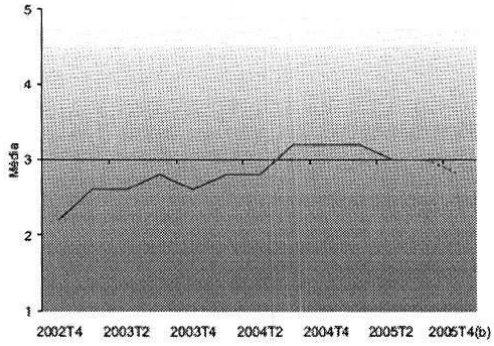
Pela análise dos inquéritos aos Bancos sobre o mercado de crédito realizado pelo Banco de Portugal ao longo de 2005, podemos constatar uma evolução positiva da oferta de crédito no primeiro trimestre, com inversão desta tendência a partir daí, e uma evolução negativa ao nível da procura.

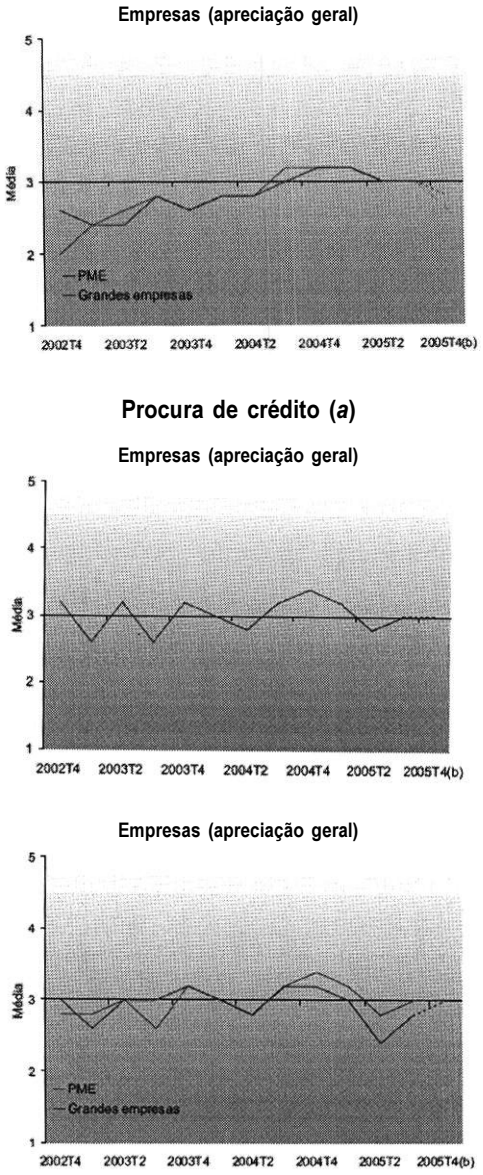
No primeiro trimestre de 2005 registou-se uma tendência de menor restritividade dos critérios de concessão de crédito, situação que decorre sobretudo de uma maior pressão concorrencial entre as instituições de crédito.

No entanto, uma percepção de risco acrescido, associado à actividade económica em geral, a certos sectores de actividade ou a empresas específicas, bem como o aumento do custo do capital e a existência de restrições de liquidez do balanço dos bancos, levaram a que esta tendência tivesse sido interrompida, mantendo-se a política de crédito estável no 2.º e 3.º trimestre, sendo igualmente essa a expectativa para o 4.º trimestre. Estes factores contribuíram para duas tendências distintas ao longo do ano: por um lado a redução dos *spreads* praticados nas empresas e operações de risco médio e inferior, por outro, o aumento nos outros.

Oferta de crédito (*a*)

Empresas (apreciação geral)





Quadro 5. — Evolução da oferta e procura de crédito a empresas *in* inquérito aos Bancos sobre o mercado de crédito (Banco de Portugal, Outubro/2005).

No 3.º trimestre, as instituições de crédito demonstraram alguma preocupação com a qualidade das garantias solicitadas no âmbito das operações de crédito, situação que poderá representar uma restrição no acesso ao crédito no futuro.

Ao nível da procura, ao longo do ano registou-se uma tendência de queda da procura de crédito, com excepção nas necessidades de financiamento para reestruturação de dívida. Há expectativas de que esta tendência de contracção da procura se mantenha.

Actividade

Enquadramento

A evolução, durante o ano de 2005, registada ao nível da aplicação informática SIG (Sistema Integrado de Gestão) permitiu a melhoria da integração do processo de análise e decisão de operações numa base *workflow*, proporcionando um melhor acompanhamento e um apoio mais directo às empresas que recorrem aos serviços da Garval, aperfeiçoando e simultaneamente tornando mais eficiente a análise de crédito. Este factor, em conjugação com outros, permitiu uma redução do prazo de análise perante as operações solicitadas em comparação com o ano anterior, bem como um aumento da capacidade de resposta da sociedade.

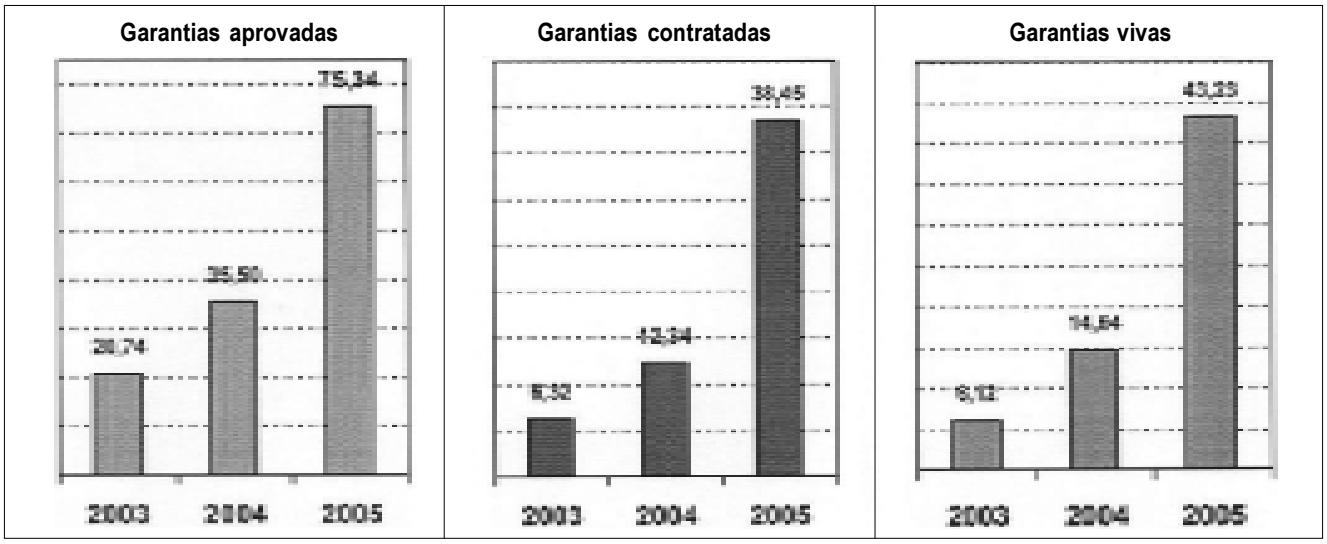
Genericamente, assistiu-se em 2005 a um bom nível de desempenho operacional da Garval: crescimento do volume de contratação, crescimento do número de garantias emitidas, crescimento da carteira de garantias vivas, elevada pulverização da carteira, crescimento do número de empresas apoiadas, manutenção da ausência de sinistros e apresentação de um nível reduzido de clientes em cobrança duvidosa. Mas, pese embora que este desempenho venha a induzir no futuro um maior nível de proveitos, a concentração significativa do volume de contratação durante o 3.º trimestre do ano a par com a obrigatoriedade de constituição de provisões para riscos gerais de crédito influenciaram decisivamente os resultados da sociedade. Na realidade, a contratação de garantias no último trimestre provoca um impacto negativo nas contas dado que os proveitos gerados no exercício não compensam as provisões realizadas, repercutindo-se a geração de proveitos em benefício dos exercícios seguintes.

De facto, o nível de provisões financeiras obrigatórias e provisões económicas decorrentes do acompanhamento da carteira prudencialmente constituídas atingiu 243 933 euros, sendo responsável por 40,1% do total de custos do exercício. Todavia, decorrente do próprio mecanismo de provisões, a redução ou extinção de garantias implica a anulação das provisões anteriormente constituídas e, nessa medida, verificou-se um volume de anulações de 77 066 euros (12,7% do total de proveitos). O saldo líquido foi portanto de 166 867 euros.

Actividade desenvolvida

O volume de contratação da Garval no ano de 2005 foi superior ao triplo do verificado no ano de 2004 (38 450 936 euros face a 12 104 550 euros). Tal representou também um crescimento significativo da carteira de garantias vivas, na ordem dos 195%, crescendo de 14 637 094 euros registados em finais de 2004 para 43 233 188 euros em final de 2005. Esta carteira encontrava-se nesta data coberta pelo Fundo de ContraGarantia Mútuo em 64,53%.

A intervenção da Garval, através da emissão de garantias, permitiu o acesso ao crédito junto do sistema financeiro de 17 417 444 euros em 2003, 30 223 196 euros em 2004 e 81 234 360 euros em 2005, num total acumulado próximo de 129 milhões de euros.



A garantia média cresceu 83,7% face ao ano anterior, situando-se nesta altura em 66 988 euros, uma evolução que se encontra umbilicalmente ligada ao aumento da capacidade de intervenção autónoma da sociedade e que derivou do reforço dos seus fundos próprios.

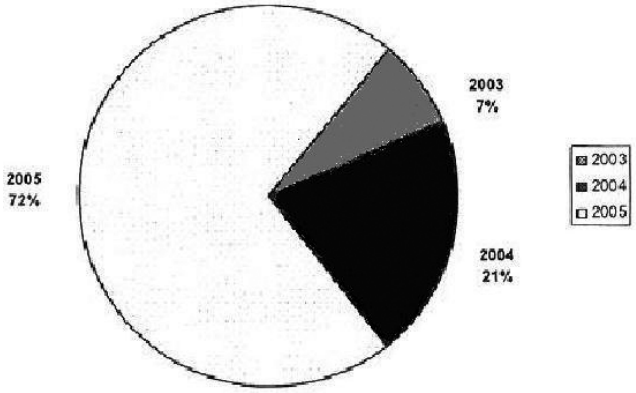
Ainda assim, há a registar uma expressiva pulverização da carteira de garantias vivas e, por conseguinte, uma forte dispersão do risco assumido.

No final de três anos de actividade, com um total acumulado de 56 821 559 euros de risco assumido através da emissão de mais de um milhar de garantias, a Garval não regista a ocorrência de nenhum sinistro.

Esta é uma variável fundamental para o saudável desenvolvimento da sociedade mas que se encontra, em boa medida, fortemente correlacionada com a maturidade da carteira de garantias sendo que a Garval possui, neste momento, uma carteira relativamente jovem.

Tal é motivado pelo crescimento acelerado da contratação, embora 7,4% das garantias emitidas pela sociedade já se encontrem extintas, verificando-se uma amortização acumulada de 13 606 304 euros (23,94% do montante global de garantias emitidas).

Carteira de garantias vivas em 31 de Dezembro de 2005



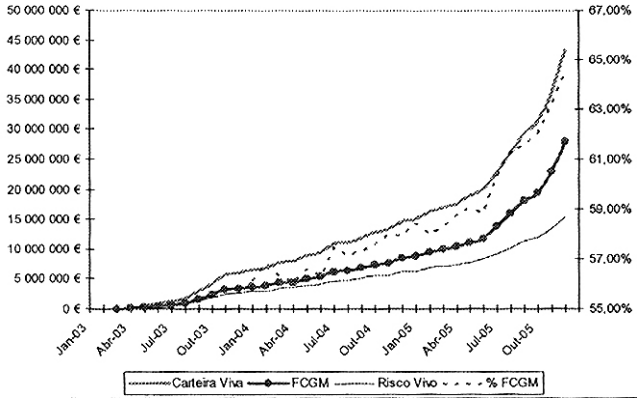
As garantias prestadas pela Garval encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de ContraGarantia Mútuo (FCGM), num montante que assume um mínimo de 50% do capital garantido.

O crescimento da carteira viva da sociedade tem vindo a ser conseguido através do fomento de garantias a financiamentos e que, ao abrigo de um protocolo entre o Fundo Europeu de Investimento e o FCGM, permite em determinadas condições a elevação da percentagem de contragarantia para 75%.

Este efeito é visível no crescimento da contragarantia média da carteira, que atingiu em final de 2005: 64,53%, assumindo a sociedade um risco líquido de 15 334 934 euros.

Tal representa uma alavancagem de 2,55 sobre o capital social da Garval.

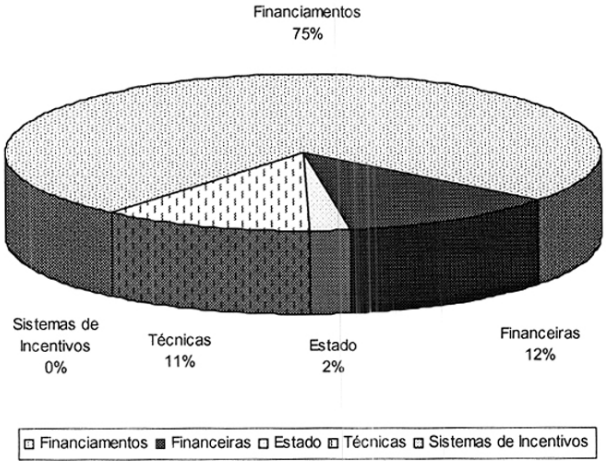
Resseguro da carteira



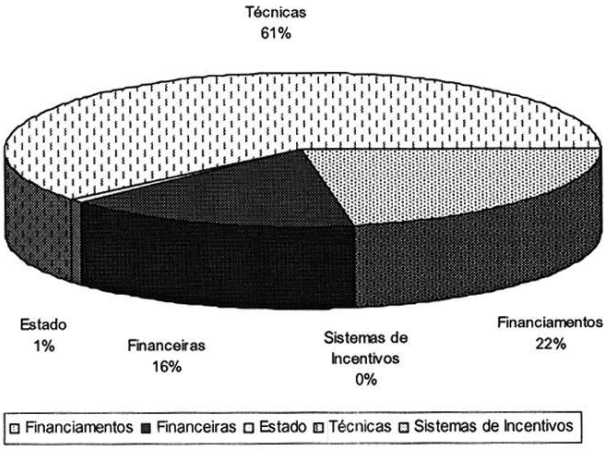
Embora representando apenas 16% do número de operações contratadas, o volume de garantias associado a financiamentos representa 75% da carteira contratada em 2005. No ano de 2004 o número de garantias a financiamentos representava 13% do total de garantias emitidas, com uma representatividade de 48% no volume da carteira contratada.

Ao invés, as garantias técnicas de boa execução representam apenas 11% do volume de 2005 mas 61% em quantidade de operações contratadas. Em 2004 representavam 26% do volume de contratação e 75% do número de garantias emitidas.

Volume de garantias contratadas em 2005



Número de operações contratadas em 2005



O ano de 2005 registou ainda o contributo do reforço do papel dos Bancos financiadores enquanto prescritores da Garantia Mútua da Garval. As operações apresentadas por Bancos e contratadas durante o ano representaram 29% do volume global da sociedade.

Todavia, no que respeita a garantias prestadas em operações de financiamento, a Garval manteve-se como uma interlocutora dos seus mutualistas perante os Bancos financiadores. Tal demonstra o reconhecimento das empresas na capacidade da sociedade em promover a correcta estruturação dos créditos face às suas necessidades específicas beneficiando, cumulativamente, do papel de representação institucional da Garval junto desses mesmos Bancos.

Por outro lado, regista-se o surgimento de novos Bancos como beneficiários de garantias prestadas pela Garval que não eram tradicionais financiadores através do nosso produto.

Tal representa, para além do reconhecimento da qualidade das garantias prestadas, o retorno do esforço desenvolvido numa maior divulgação da Garantia Mútua.

Análise económica e financeira

O exercício de 2005 registou uma diminuição de 96 mil euros no resultado antes de impostos, o qual totalizou 174,.7 mil euros negativos.

O imposto sobre lucros estimado ascende a 1,8 mil euros, representando uma taxa de 0,3% do total de proveitos e de 1% do resultado antes de impostos.

Resultado	2004		2005		Variação	
	Euros	Percentagem	Euros	Percentagem	Euros	t. c. a. (percent.)
Total de proveitos	265 233,90	100,0	608 604,93	100,0	343 371,03	129,5
Total de custos	343 997,03	129,7	783 323,60	128,7	439 326,57	127,7
Resultado antes de impostos	— 78 763,13	— 29,7	— 174 718,67	— 28,7	— 95 955,54	121,8
Impostos sobre lucros	1 585,60	0,6	1 814,06	0,3	228,46	14,4
Resultado do exercício	— 80 348,73	— 30,3	— 176 532,73	— 29,0	— 96 184,00	119,7

Notas. — t.c.a.: taxa de crescimento anual; (1) percentagem do total de proveitos.

Em 2005, os proveitos totais da Garval foram de 608,6 mil euros, reflectindo uma subida face ao ano anterior de 129,5%. Esta variação resulta, em grande parte, do aumento da rubrica de juros e proveitos equiparados decorrente da prestação de garantias (cujo valor representa *de per si* 61,3% do total dos proveitos da sociedade) e, ainda, do aumento das reposições e anulações de provisões. Ambas as variações reflectem a consolidação da carteira da Garval, agora no seu terceiro ano de actividade.

As variações positivas referidas anteriormente são apenas contrariadas pela redução verificada na rubrica de outros proveitos de exploração (explicável porque, no ano de 2004, se registaram, com carácter de excepção, proveitos decorrentes da alteração do método de cálculo da comissão de contragarantia paga ao Fundo de Contragarantia Mútuo). A variação total desta rubrica de é, no entanto, compensada pelo maior nível de comissões de análise, emissão e montagem obtidas.

Proveitos	2004		2005		Variação	
	Euros	Percentagem	Euros	Percentagem	Euros	t. c. a. (percent.)
Juros e proveitos equiparados	232 544,58	87,7	505 725,45	83,1	273 180,87	117,5
Por garantias prestadas	148 384,82	55,9	373 211,72	61,3	224 826,90	151,5
Outros juros	84159,76	31,7	132 513,73	21,8	48 353,97	57,5
Reposições e anulações de provisões	10 693,56	4,0	77 066,18	12,7	66 372,62	620,7
Outros proveitos de exploração	20 776,85	7,8	19 985,00	3,3	— 791,85	— 3,8
Ganhos extraordinários	1 218,91	0,5	5 828,30	1,0	4 609,39	378,2
Total	265 233,90	100,0	608 604,93	100,0	343 371,03	129,5

Nota. — T.c.a.: taxa de crescimento anual.

O valor total dos custos suportados aumentou, em 2005, cerca de 439,3 mil euros, para o que contribuiu o acréscimo de cerca de 87,8% da rubrica de gastos gerais administrativos, que inclui os custos com pessoal e outros gastos administrativos, grandemente relacionados com o aumento da escala de produção. Os gastos gerais administrativos representam 73,9% do total de proveitos da sociedade (constituindo 57,4% do total de custos antes de impostos do ano corrente).

O aumento dos custos ficou a dever-se, para além dos factores anteriormente mencionados, à variação ocorrido na rubrica de provisões do exercício — que, naturalmente, é uma das principais componente dos custos, representando 40,1% dos proveitos totais. Deve ser realçado que esta variação reflecte não só um maior nível de actividade, que, obrigatoriamente, leva a um aumento de provisões para riscos gerais de crédito, mas também a constituição de provisões económicas no valor de 110,7 mil euros.

Este tipo de provisões é fortemente influenciada pela degradação das condições em que um elevado número de pequenas e médias empresas tem vindo a operar.

Custos	2004		2005		Variação	
	Euros	Percentagem	Euros	Percentagem	Euros	t. c. a. (percent.)
Juros e custos equiparados	735,13	0,3	14 306,15	2,4	13 571,02	–
Comissões	3 442,69	1,3	13611,63	2,2	10 168,94	295,4
Gastos gerais administrativos	239 546,34	90,3	449 795,03	73,9	210 248,69	87,8
Custos com pessoal	136 036,94	51,3	246 774,71	40,5	110 737,77	81,4
Outros gastos administrativos	103 509,40	39,0	203 020,32	33,4	99 510,92	96,1
Amortizações do exercício	35 146,79	13,3	57 465,53	9,4	22 318,74	63,5
Outros custos de exploração (2)	1 198,63	0,5	1 707,01	0,3	508,38	42,4
Provisões do exercício	63 505,73	23,9	243 933,41	40,1	180 427,68	284,1
Perdas extraordinárias	421,72	0,2	2 504,84	0,4	2 083,12	494,0
Total de custos antes de impostos	343 997,03	129,7	783 323,60	128,7	439 326,57	127,7

Notas. — T.c.a.: taxa de crescimento anual; (1) percentagem do total de proveitos; (2) inclui impostos (não sobre os lucros).

Em 31 de Dezembro de 2005, o activo líquido ascendia a 6,6 milhões de euros, superior em cerca de 3,4 milhões de euros, ao valor do ano anterior (3,2 milhões de euros). Com um valor de capitais próprios de 5,7 milhões de euros, reflectindo já o aumento do capital social de 2,67 milhões de euros para 6 milhões de euros, realizado em Junho de 2005 por entradas de dinheiro, a autonomia financeira da Garval era, em 31 de Dezembro, de 86,7%. O passivo financeiro da sociedade limita-se às dívidas pela locação financeira de imobilizado, no valor de 445,9 mil euros (6,79% do valor do activo total), respeitante às instalações próprias da sede social e a equipamento de transporte.

Refira-se, finalmente, que a sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas entidades.

Perspectivas futuras

O conselho de administração e os restantes órgãos sociais encetaram em 2005 o triénio para que foram nomeados, afigurando um reforço da representatividade accionista consubstanciada pelo alargamento do número de membros daquele órgão, quando comparado com o anterior.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas, lógica em que se inseriu a recente abertura de uma agência em Leiria e, em perspectiva, a abertura a prazo de novas agências na área de intervenção da sociedade, nomeadamente em Castelo Branco, Portalegre e Ponta Delgada, esta em parceria com a Agrogarante.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respectivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Garval melhorar o acompanhamento efectivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

O aumento significativo da carteira de garantias vivas e do número de empresas beneficiárias leva a que existam crescentes necessidades de acompanhamento, um zelo que obrigará também ao reforço adequado da estrutura de recursos humanos.

Obedecendo à futura regulamentação prevista para o sector, nomeadamente as implicações legislativas decorrentes dos Acordos de Basileia II, a sociedade concluirá em 2006 a reorganização interna iniciada no ano que findou e que produzirá efeitos ao nível da especialização de funções.

Perante o interesse demonstrado pelo mercado, tanto por parte das empresas beneficiárias como por parte dos bancos financiadores, e em face do reforço da estrutura orgânica da sociedade, é expectável que a Garval continue a apresentar elevadas taxas de crescimento, robustecendo contudo o empenho em manter um baixo nível de sinistralidade.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2005, encontraram na Garval o maior empenho em continuar o espírito de parceria criado há mais de uma década com a SPGM.

A adesão e confiança dos nossos mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e instituições bancárias.

Expressamos, também, aos restantes órgãos sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respectivas áreas de actuação.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante e Lisgarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

A SPGM, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Garval, e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Garval um bom trabalho em prol do tecido empresarial português.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os Estatutos da sociedade, o conselho de administração propõe que a assembleia geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2005, no valor de 176 532,73.

Para resultados transitados — 176 532,73 euros.

Santarém, 8 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *Luís Filipe Soares dos Santos — José Fernando Ramos de Figueiredo — João Artur Ferreira da Costa Rosa — Renato Fernando Ribeiro da Silva — Anabela Pereira Dolores Frazão — Isabel Maria Lopes Vieira Neto — Vítor Manuel de Oliveira Ferreira — António de Sousa Portugal.*

Anexo ao relatório do conselho de administração

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2005, a participação no capital social por parte dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade era a seguinte:

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI: 1 694 000 acções.
SPGM — Sociedade de Investimento, S. A.: 593 796 acções.
Instituto de Turismo de Portugal: 420 000 acções.
Caixa Geral de Depósitos, S. A.: 272 900 acções.
Nersant — Associação Empresarial da Região de Santarém: 254 200 acções.
Banco Espírito Santo, S. A.: 234 094 acções.
Banco Comercial Português, S. A.: 209 900 acções.
Nerlei — Associação Empresarial da Região Leiria: 183 000 acções.
Nercab — Associação Empresarial da Região de Castelo Branco: 177 700 acções.
Nerpor — Núcleo Empresarial da Região de Portalegre: 175 000 acções.
Banco BPI, S. A.: 133 000 acções.

Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2005, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no capital social da sociedade era a seguinte:

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI: 28,23%.

Santarém, 8 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *Luís Filipe Soares dos Santos — José Fernando Ramos de Figueiredo — João Artur Ferreira da Costa Rosa — Renato Fernando Ribeiro da Silva — Anabela Pereira Dolores Frazão — Isabel Maria Lopes Vieira Neto — Vítor Manuel de Oliveira Ferreira — António de Sousa Portugal.*

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	1 250,00	–	1 250,00	1 000,00
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	80 298,58	–	80 298,58	137 819,83
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	5 600 000,00	–	5 600 000,00	2 365 527,78
4 — Créditos sobre clientes	13 800,87	9 610,84	4 190,03	–
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
a) De emissores públicos	–	–	–	–
b) De outros emissores	–	–	–	–
(Dos quais: obrigações próprias)	–	–	–	–

(Em euros)

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	–	–	–	–
7 — Participações	–	–	–	–
8 — Partes do capital em empresas coligadas	–	–	–	–
9 — Imobilizações incorpóreas	14 723,86	13 089,99	1 633,87	2 267,56
10 — Imobilizações corpóreas	825 423,94	123 621,15	701 802,79	584 641,70
(Dos quais imóveis de serviço próprio)	(602 796,43)	(9 565,11)	(593 231,32)	–
11 — Capital subscrito e não realizado	–	–	–	–
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	–	–	–	–
13 — Outros activos	84 160,14	–	84 160,14	57 409,91
15 — Contas de regularização	89 740,21	–	89 740,21	28 246,31
16 — Prejuízos do exercício	176 532,73	–	176 532,73	80 348,73
Total do activo	6 885 930,33	146 321,98	6 739 608,35	3 257 261,82

PASSIVO

	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito:		
a) À vista	–	–
b) A prazo ou com pré-aviso	–	–
2 — Débitos para com clientes:		
a) À vista	–	–
b) A prazo	–	–
3 — Débitos representados por títulos:		
a) Obrigações em circulação	–	–
b) Outros	–	–
4 — Outros passivos	490 001,05	492 618,19
5 — Contas de regularização	143 147,75	65 091,74
6 — Provisões para riscos e encargos:		
a) Provisões para pensões e encargos similares	–	–
b) Outras provisões	237 037,05	79 780,66
6A — Fundo para riscos bancários gerais	–	–
8 — Passivos subordinados	–	–
9 — Capital subscrito	6 000 000,00	2 670 000,00
10 — Prémios de emissão	–	–
11 — Reservas	–	–
12 — Reservas de reavaliação	–	–
13 — Resultados transitados	130 577,50	50 228,77
14 — Lucros do exercício	–	–
Total do passivo	6 739 608,35	3 257 261,82

Rubricas extrapatrimoniais

	2005	2004
1 — Passivos eventuais:		
Dos quais:		
Aceites e compromissos por endosso de efeito redescontados	43 233 187,52	14 637 093,99
Cauções e activos dados em garantia	–	–
2 — Compromissos:		
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra	1 507 794,00	488 296,00

Santarém, 8 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *Luís Filipe Soares dos Santos* — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *João Artur Ferreira da Costa Rosa* — *Renato Fernando Ribeiro da Silva* — *Anabela Pereira Dolores Frazão* — *Isabel Maria Lopes Vieira Neto* — *Vítor Manuel de Oliveira Ferreira* — *António de Sousa Portugal*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS

(Em euros)

	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	14 306,15	735,13
2 — Comissões	13 611,63	3 442,69
3 — Prejuízos em operações financeiras	–	–
4 — Gastos gerais administrativos	449 795,03	239 546,34
a) Custos com pessoal	246 774,71	136 036,94
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(214 705,00)	(116 494,43)
(— encargos sociais)	(32 069,71)	(19 542,51)
Dos quais:		
(— com pensões)	–	–
b) Outros gastos administrativos	203 020,32	103 509,40
5 — Amortizações do exercício	57 465,53	35 146,79
6 — Outros custos de exploração	89,97	1 055,50
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	243 933,41	63 505,73
8 — Provisões para imobilizações financeiras	–	–
10 — Resultado da actividade corrente	–	–
11 — Perdas extraordinárias	2 504,84	421,72
13 — Impostos sobre lucros	1 814,06	1 585,60
14 — Outros impostos	1 617,04	143,13
15 — Lucro do exercício	–	–
Total	785 137,66	345 582,63

PROVEITOS

	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	505 725,45	232 544,58
(— de títulos de rendimento fixo)	–	–
2 — Rendimentos de títulos	–	–
a) Rendimento acções, quotas e outros títulos de rendimento variável	–	–
b) Rendimento de participações	–	–
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	–	–
3 — Comissões	–	–
4 — Lucros em operações financeiras	–	–
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativos a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	77 066,18	10 693,56
6 — Reposições e anulações respeit. a correcções de valor relat. a valores mobiliários que tenham o carácter de imobiliz. financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	–	–
7 — Outros proveitos de exploração	19 985,00	20 776,85
8 — Resultado da actividade corrente	(176 425,09)	(79 417,19)
9 — Ganhos extraordinários	5 828,30	1 218,91
11 — Prejuízo do exercício	176 532,73	80 348,73
Total	785 137,66	345 582,63

Santarém, 8 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *Luís Filipe Soares dos Santos* — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *João Artur Ferreira da Costa Rosa* — *Renato Fernando Ribeiro da Silva* — *Anabela Pereira Dolores Frazão* — *Isabel Maria Lopes Vieira Neto* — *Vítor Manuel de Oliveira Ferreira* — *António de Sousa Portugal*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em euros)

Introdução:

A actividade da sociedade restringe-se à área de prestação de garantias, especialmente em formas intermediadas de financiamento, limitando a sua actuação às empresas com Código de Actividade Económica do sector industrial, comércio, turismo, serviços (excepto educação e saúde) e construção.

As notas n.os 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50 previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

3 — Critérios de avaliação:

I — *Especialização de exercícios*. — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II — *Provisões para riscos de crédito*:

São constituídos três tipos de provisão:

Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, sendo apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes e calculada, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o respectivo vencimento, constante no n.º 2 do artigo 3.º do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal;

Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do aviso do Banco de Portugal, apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos.

É igualmente incluída nesta rubrica de uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores.

Uma provisão para outros riscos e encargos, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, sendo apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos.

III — *Imobilizações corpóreas*. — O imobilizado corpóreo adquirido desde a constituição da sociedade está valorizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

IV — *Provisões para impostos sobre lucros*. — Os impostos correntes são provisionados de acordo com a legislação aplicável. As diferenças que existem entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para a tributação em IRC respeitam sobretudo, às correcções fiscais resultantes da legislação em vigor.

11 — Movimentos do activo imobilizado:

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortiz. do exerc.	Alien. (líq.)	Abates (líq.)	Valor líquido em 31 de Dez. de 2005
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas	Aquisições	Reaval. (líquido)					
Imobilizações incorpóreas:									
Desp. de estabelecimento	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Custos plurianuais	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras	14 723,86	12 456,30	–	–	–	633,69	–	–	1 633,87
	14 723,86	12 456,30	–	–	–	633,69	–	–	1 633,87
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serv. próprio	–	–	96 005,56	–	506 790,87	9 565,11	–	–	593 231,32
Obras em imóveis arrend.	14 979,44	736,13	–	–	–	299,59	–	–	13 943,72
Equipamento	95 072,90	57 406,23	56 321,57	–	–	32 903,74	–	–	61 084,50
Outras imobil. corpóreas	34 587,80	8 646,95	21 665,60	–	–	14 063,40	–	–	33 543,25
	144 640,14	66 789,31	173 992,93	–	506 790,87	56 831,84	–	–	701 802,79
Imobilizações em curso:									
Imóveis	506 790,87	–	–	–	– 506 790,87	–	–	–	–
	506 790,87	–	–	–	– 506 790,87	–	–	–	–
Total	666 154,87	79 245,61	173 992,93	–	–	57 465,53	–	–	703 436,66

No exercício de 2005, a Garval procedeu à aquisição, em regime de locação financeira, de um imóvel de serviço próprio no valor de cerca de 602,8 mil euros. Durante o exercício foram, igualmente, adquiridos diversos equipamentos, incluindo alguns através de contratos de financiamento em regime de locação financeira.

Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas relativas a estes contratos de locação financeira totalizavam o valor de cerca de 445,9 mil euros (relevada na rubrica de outros passivos — fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira).

14 — Créditos sobre instituições de crédito e clientes:

É o seguinte o escalonamento por prazos de vencimento destes créditos, correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo:

	Outros créditos sobre instituições de crédito (*a*)		Créditos sobre clientes (*b*)	
	2005	2004	2005	2004
Prazos:				
Até três meses	–	–	90,79	–
De três meses a um ano	–	–	8 009,73	–
De um a cinco anos	–	–	5 700,35	–
Mais de cinco anos	–	–	–	–
Duração indeterminada	–	–	–	–
	5 600 000,00	2 365 527,78	13 800,87	–

(*a*) Releva os montantes das aplicações constituídas pela Norgarante em depósitos a prazo.
(*b*) Corresponde às dívidas de clientes resultantes da não cobrança de comissões de garantia, valores líquidos do recebimento da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo.

A variação verificada em outros créditos sobre instituições de crédito reflecte, em parte, o aumento de capital de 3,33 milhões de euros efectuado em Junho de 2005.

23 — Compromissos assumidos:

Os compromissos assumidos por garantias e avais prestados são exclusivamente resultantes de garantias de natureza financeira de 1.º grau. Os outros passivos eventuais referem-se a compromissos irreversíveis de compra de acções próprias:

	2005	2004
Passivos eventuais:		
Garantias e avales	43 233 187,52	14 637 093,99
Outros passivos eventuais	–	–
Compromissos:		
Revogáveis	–	–
Irrevogáveis	1 507 794,00	488 296,00
	44 740 981,52	15 125 389,99

Os passivos eventuais, decorrentes da prestação de garantias e avales, encontram-se contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 27 898 253,82 euros. Consequentemente, o valor líquido das garantias e avales prestados pela sociedade ascende a 15 334 933,7 euros.

25 — Movimento das provisões:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Reforços	Utilizações	Anulações/ reposições	Saldo final em 31 de Dezembro de 2005
Crédito cobrança duvidosa:					
Outros créditos	–	9 610,84	–	–	9 610,84
Depreciação de títulos:					
Investimento	–	–	–	–	–
Outras aplicações:					
Imóveis	–	–	–	–	–
Títulos	–	–	–	–	–
Riscos gerais de crédito:					
Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal	61 968,16	123 616,63	–	31 498,30	154 086,49
Riscos outros riscos e encargos:					
Provisões económicas	17 812,50	110 705,94	–	45 567,88	82 950,56
	79 780,66	243 933,41	–	77 066,18	246 647,89

Consequência da inclusão do Fundo de Contragarantia Mútuo na lista de entidades constante do n.º 1.1 do artigo 15.º do aviso n.º 3/95, alínea *n*), efectuado pelo aviso n.º 9/2003, a parte das garantias prestadas pela Garval que se encontre contragarantida pelo Fundo de Contragarantia Mútuo, não está sujeita à constituição de provisões para riscos gerais de crédito.

Foram consideradas, neste exercício, provisões económicas no montante total de 111 milhares euros, designadas no mapa acima como «para outros risco e encargos». Esta verba resulta da consideração de diversos critérios de apreciação do risco inerente à carteira de garantias vivas da sociedade, nomeadamente a previsibilidade de ocorrência de sinistros e ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de 31 de Dezembro de 2005.

27 — Contas diversas:

	2005	2004
Activo:		
Proveitos a receber	85 159,76	22 202,88
Despesas com custo diferido	3 975,21	1 143,90
Outras	605,24	4 899,53
	89 740,21	28 246,31
Passivo:		
Custos a pagar	35 851,10	17 806,19
Receitas com proveito diferido	107 118,15	47 285,55
Outras	178,50	–
	143 147,75	65 091,74

A rubrica de proveitos a receber refere-se na sua quase totalidade a juros vincendos de aplicações financeiras. A rubrica de despesas com custo diferido engloba 3,2 mil euros de despesas relacionadas com campanha publicitária da garantia mútua a diferir pelos anos de 2006 e 2007, bem como cerca de 0,8 mil euros referente ao diferimento de seguros.

As contas de regularizações registadas no passivo são constituídas na sua maior parte pelo diferimento das comissões de garantias (receitas com proveito diferido — cerca de 107 mil euros) e pela estimativa de férias e subsídio de férias.

31 — Outros activos e passivos:

As contas de outros activos e outros passivos englobam os seguintes saldos:

	2005	2004
Outros activos:		
IRC a receber	9 543,76	8 322,90
Devedores e outras aplicações	74 616,38	49 087,01
	84 160,14	57 409,91
Outros passivos:		
Credores diversos	473 506,07	482 227,55
Outras exigibilidades:		
IRC	–	–
Diversos	16 494,98	10 390,64
	490 001,05	492 618,19

A rubrica de devedores e outras aplicações refere-se integralmente a verbas de comissões de garantia a receber dos clientes.

Por seu turno, a rubrica de credores diversos regista os valores a pagar relativos à aquisição de instalações e equipamentos em sistema de *leasing* (cerca de 445,9 mil euros), sendo o remanescente referente a fornecimentos correntes.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de imposto sobre o rendimento, imposto de selo, segurança social do mês de Dezembro e apuramento do IVA do 4.º trimestre de 2005.

34 — Volume de emprego:

Administração — 9.
Quadros directivos e técnicos — 10.
Secretariado e administrativos — 1.

35 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

	2005	2004
Conselho de administração	35 387,50	7 532,50
Conselho fiscal	6 444,02	6 390,32
Assembleia geral	550,00	550,00
	42 381,52	14 472,82

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

39 — Demonstração dos outros resultados da exploração e dos resultados extraordinários:

	2005	2004
Outros result. de exploração:		
Custos:		
Quotizações e donativos	–	1 000,00
Outros	89,97	55,50
	89,97	1 055,50
Proveitos:		
Prestação de serviços	19 985,00	18 820,00
Reembolso de despesas	–	–
Outros	–	1 956,85
	19 985,00	20 776,85
Resultados extraordinários:		
Perdas:		
Relativas a exerc. anteriores	2 504,84	421,72
Outras	–	–
	2 504,84	421,72
Ganhos:		
Relativas a exerc. anteriores	5 828,30	417,91
Mais-valias na realização de valores imobilizados	–	–
Outros	–	801,00
	5 828,30	1 218,91

41 — Carga fiscal:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	2005	2004
Reporte fiscal	46 384,74	22 240,00
Estimativa de impostos	1 814,06	1 585,60
Imposto pago	–	1 585,60

45 — Operações de locação financeira:

	Valor bruto	Reintegrações	Valor líquido
Imobilizado em regime de locação financeira:			
Imóveis	659 050,03	9 565,11	649 484,92

Outras informações:

A sociedade não detém em carteira quaisquer acções próprias, nem é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à segurança social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

Santarém, 8 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *Luís Filipe Soares dos Santos* — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *João Artur Ferreira da Costa Rosa* — *Renato Fernando Ribeiro da Silva* — *Anabela Pereira Dolores Frazão* — *Isabel Maria Lopes Vieira Neto* — *Vítor Manuel de Oliveira Ferreira* — *António de Sousa Portugal*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Certificação legal de contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Garval — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., as quais compreendem o balanço em 2005 Dezembro 31 (que evidencia um total de activo de 6 739 608 euros, o qual inclui um prejuízo do exercício no valor de 176 533 euros, e um total de passivo, naquele mesmo montante, que inclui 6 000 000 euros de capital subscrito e realizado, bem como resultados transitados negativos no valor de 130 578 euros), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apre-

sentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Garval — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., em 2005 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

8 — É também nosso parecer que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Porto, 17 de Fevereiro de 2006. — Santos Carvalho & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *António Augusto dos Santos Carvalho*.

Relatório e parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

Em cumprimento das normas legais e estatutárias e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração da Garval — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Ao longo do ano, acompanhámos regularmente o desenvolvimento da actividade da empresa, através da informação contabilística e dos esclarecimentos que nos foram sempre pontualmente prestados, quer pelo conselho de administração quer pelos serviços, havendo efectuado os exames e verificações que entendemos adequados nas circunstâncias para o desempenho das nossas funções.

Encerrado o exercício, analisámos o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo.

Tudo devidamente considerado, somos de parecer que merecem a vossa aprovação:

a) O relatório e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2005, apresentados pelo conselho de administração;

b) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 17 de Fevereiro de 2006. — O Fiscal Único: Santos Carvalho & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *António Augusto dos Santos Carvalho*.

Acta n.º 4 da assembleia geral

Aos 8 dias do mês de Março de 2006, pelas 15 horas e 30 minutos, reuniu na sede social, sita na Praceta João Caetano Brás, n.º 10, 1.º, em Santarém, a assembleia geral anual da Garval — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Apreciação e votação do relatório de gestão e das contas referentes ao exercício de 2005;

2 — Apreciação e votação da proposta de aplicação dos resultados do mesmo exercício de 2005;

3 — Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4 — Discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2006;

5 — Deliberar sobre a alteração do artigo 15.º, n.º 1 dos estatutos da sociedade;

6 — Outros.

Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da mesa da assembleia geral, Dr. Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros. Não compareceram os demais membros daquele órgão social, tendo o presidente do mesmo prescindido da escolha de secretário *had hoc*, pelo que a presente acta vai assinada apenas por aquele membro da Mesa da assembleia geral.

Estiveram presentes o presidente do conselho de administração, Eng. José António Ferreira de Barros e os membros do conselho de administração Dr. Luís Filipe Soares dos Santos, Dr. José Fernando Ramos de Figueiredo, João Artur Ferreira da Costa Rosa, Dr. Renato Fernando Ribeiro da Silva, Dr.ª Anabela Pereira Dolores Frazão, Dr.ª Isabel Maria Lopes Vieira Neto, Dr. Vítor Manuel de Oliveira Ferreira e Dr. António de Sousa Portugal. Compareceu igualmente na sessão o fiscal único efectivo da sociedade, Dr. António Augusto dos Santos Carvalho.

Antes de iniciados os trabalhos, o presidente da mesa da assembleia geral verificou que tinham sido regularmente efectuadas as publicações legais do competente aviso convocatório e que estava garantido o necessário quórum constitutivo da assembleia geral, em especial o quórum reforçado legalmente exigido para as matérias de alteração do contrato de sociedade, tendo apurado que estavam presentes accionistas titulares de 82,59% do capital social tal como este estava registado ou inscrito até ao décimo quinto dia anterior ao da data da realização da assembleia geral, em conformidade com a lista de presenças que fica arquivada na sociedade. Mais verificou a regularidade dos instrumentos de representação dos accionistas presentes que, rubricados, ficam igualmente arquivados na sociedade, após o que declarou aberta a sessão da assembleia geral e iniciados os respectivos trabalhos, lendo de seguida a ordem do dia, que está acima reproduzida.

Entrando-se no ponto 1.º da ordem do dia, o presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra ao Eng. José António Ferreira de Barros que a tomou, na sua qualidade de presidente do conselho de administração, para comentar o relatório de gestão e as contas da sociedade relativas ao exercício de 2005. Depois de cumprimentar os presentes, o presidente do conselho de administração informou que, no final de três anos de actividade, a sociedade tinha emitido mais de 1000 garantias, cujo valor ascendia a 56 821 559 euros e que, deste número total de garantias contratadas, mais de 50% (38 450 936 euros) correspondia a operações efectuadas no exercício de 2005. Estes resultados permitiram ao presidente do conselho de administração salientar que, no exercício, o volume da contratação mais do que triplicara face ao ano de 2004, tendo a carteira de garantias vivas crescido cerca de 195%. A produção atingida (556 operações) excedeu a previsão orçamental e concentrou-se sobretudo no último quadrimestre do exercício. Mais informou que não havia qualquer sinistro a registar. Relativamente a 2004, continuou o presidente do conselho de administração, os proveitos da actividade cresceram cerca de 132% e os custos aumentaram cerca de 96%. Referiu-se seguidamente ao resultado líquido alcançado, que continuava negativo (– 176 532,73 euros). Sublinhou que este resultado negativo era um efeito necessário da constituição de provisões relativas às operações realizadas, cujo impacto se reflectia imediatamente nos resultados alcançados, ao contrário dos proveitos das referidas operações, que são percebidos pela sociedade em fracções duodecimais. E concluiu que este resultado negativo era, portanto, natural e previsível, sendo que, das três sociedades de garantia mútua, apenas a Norgarante, S. A., apresentava resultados positivos no exercício de 2005, circunstância que decorria de particularidades que a actividade desta outra sociedade evidenciava face à Garval, S. A. e à Lisgarante, S. A. Seguidamente, o presidente do conselho de administração referiu-se ao exercício de 2006, em curso, para notar que os resultados da actividade eram nesse momento positivos e que se antevia, novamente, um crescimento acelerado, que superaria a previsão orçamental para o exercício. Após o que apresentou gráficos relativos ao efeito de

alavancagem do investimento induzido pelo instrumento financeiro Garantia Mútua, gráficos que evidenciavam um efeito de alavancagem de quinze vezes. No que respeita às agências da sociedade, o presidente do conselho de administração informou que a agência de Leiria, aberta em parceria com a Imerlei, estava a funcionar em ritmo de cruzeiro e que se previa a abertura de novas agências em Castelo Branco, Portalegre e Ponta Delgada, esta última em parceria com uma nova sociedade de garantia mútua, a Agrogarante. Relativamente ao passivo da sociedade, notou que é constituído essencialmente pelo contrato de locação financeira celebrado para a aquisição da sede social. E destacou depois que o volume da actividade continua a exigir o correspondente reforço dos quadros da sociedade. Finalmente, o presidente do conselho de administração agradeceu a colaboração de todos os accionistas, destacando os accionistas promotores e, em especial, os accionistas instituições de crédito, as quais estão na origem de cerca de 50% das operações efectuadas pela sociedade; e agradeceu também à equipa da sociedade, cujo desempenho permitiu o franco crescimento da actividade social. Após o que o presidente do conselho de administração terminou, colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos que se revelassem necessários. Ninguém tendo querido usar da palavra, o presidente da mesa da assembleia geral pôs à votação o relatório de gestão e as contas da sociedade, bem com os demais documentos de prestação de contas àqueles anexados, todos relativos ao exercício de 2005, os quais foram aprovados por unanimidade dos votos dos accionistas presentes.

Entrando no ponto 2.º da ordem do dia, o presidente da mesa da assembleia geral leu a proposta da aplicação de resultados do exercício de 2005 apresentada pelo conselho de administração, que se transcreve:

«Proposta de aplicação de resultados:

De acordo com a lei os estatutos da sociedade, o conselho de administração propõe que a assembleia geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2005, no valor de 176 532,73 euros.

Para resultados transitados: (176 532,73 euros).»

Posta a votação pelo presidente da mesa da assembleia geral, a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2005 apresentada pelo conselho de administração e acima transcrita foi aprovada por unanimidade dos votos dos accionistas presentes.

Passando ao ponto 3.º da ordem do dia, o presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra ao Dr. Nuno Miguel Gonçalves, representante do accionista IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, que a solicitara, o qual propôs que fossem aprovadas a administração e a fiscalização da sociedade e que, em face do desempenho evidenciado, tal aprovação fosse acompanhada de um voto de louvor e de confiança aos indicados órgãos de administração e de fiscalização da sociedade. Mais ninguém desejando pronunciar-se, a proposta do accionista IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, foi submetida a votação e aprovada por unanimidade dos votos dos accionistas presentes.

No ponto 4.º da ordem do dia, o presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra ao presidente do conselho de administração que, tomando-a, começou por esclarecer que o conselho de administração não desejava propor aos accionistas que deliberassem sobre o conteúdo do plano de actividades e o orçamento para 2006, pretendendo apenas o órgão de administração da sociedade transmitir à assembleia geral a informação fundamental relativa a ambos os instrumentos de gestão previsional. Feito o esclarecimento, o presidente da mesa da assembleia geral entendeu que o teor do mesmo e o desejo manifestado pelo conselho de administração não prejudicavam a legalidade da convocatória, considerando que nada impedia a redução do objecto do ponto 4.º a uma mera prestação de informação. Em face do que antecede, o presidente do conselho de administração retomou a palavra para salientar que, não obstante os protocolos celebrados com diversas entidades e as novas oportunidades que se desenhavam, a sociedade tinha de seguir uma política de procura activa do seu mercado potencial. Em consequência, prosseguiu destacando a necessidade de a sociedade reforçar o seu *marketing* directo, que deveria continuar a ser apoiado pelas «campanhas chapéu» da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A. No que respeita ao volume de operações, o presidente do conselho de administração, informou que a previsão orçamental, que esperava poder ultrapassar, era a da realização de um número de novas operações contido no intervalo entre 650 e 700 operações, cujo valor estimado ascenderia a cerca de 55 milhões de euros e que traduziria um crescimento de cerca de 72%, o qual permitiria à sociedade, no termo do exercício, alcançar o *break even*. Quanto a novas agências, reiterou que se espera a abertura de novas agências, com especial destaque para a dos Açores, que materializará uma parceria com sociedade de garantia mútua que, com sede em Coimbra, estará especialmente vocacionada para o sector primário. Acrescentou que a abertura de novas agências só ocorreria após as já existentes atingirem o *break even*, de acordo com a política de controlo de custos seguida pela sociedade.

A este propósito, salientou ainda que iria ser adquirida uma viatura automóvel e que seriam realizadas obras na sede social, para ligação de fracções ainda fisicamente separadas, assegurando maior funcionalidade e evidenciando a autonomia que já se regista entre as áreas operacional e comercial e de análise de risco. Após o que o presidente do conselho de administração manifestou a sua disponibilidade para prestar as informações e esclarecimentos adicionais que os accionistas solicitassem.

A pedido do accionista Banco Espírito Santo, S. A., prestou algumas informações adicionais sobre a constituição da Agrogarante.

No ponto 5.º da ordem do dia, o presidente da mesa da assembleia geral começou por informar os accionistas de que as deliberações relativas à alteração dos estatutos eram deliberações cujo vencimento dependia da obtenção da maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos, nos termos do n.º 3 do artigo 386.º do Código das Sociedades Comerciais. Depois de ler o teor do indicado ponto 5.º, acima reproduzido, o presidente da mesa da assembleia geral leu igualmente a proposta de alteração da redacção do n.º 1 do artigo 15.º do contrato de sociedade, apresentada pelo conselho de administração e que é a seguinte:

«ARTIGO 15.º

Quórum

1) A assembleia geral só poderá reunir, em primeira convocação, encontrando-se presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de pelo menos um terço do capital social.

2) Inalterada.

3) Inalterada.»

Após o que deu a palavra ao presidente do conselho de administração que, tomando-a, apresentou à assembleia geral a justificação da proposta formulada, que decorria da verificação de que a maioria dos accionistas mutualistas se abstém de participar nas assembleias gerais, facto que, associado à elevada dispersão do capital social da sociedade e ao exigente quórum constitutivo definido no contrato de sociedade, inviabilizaria a breve prazo a realização de assembleias gerais em primeira convocação, com grave prejuízo do regular funcionamento da sociedade.

Depois de verificar que nenhum dos accionistas desejava propor formulações alternativas, o presidente da mesa da assembleia geral pôs à votação a proposta do conselho de administração, que foi aprovada por unanimidade dos votos dos accionistas presentes.

Por consequência, o artigo 15.º do contrato de sociedade passa a ter a seguinte redacção:

«ARTIGO 15.º

Quórum

1) A assembleia geral só poderá reunir, em primeira convocação, encontrando-se presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de pelo menos um terço do capital social.

2) Em segunda convocação, a assembleia poderá deliberar qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados e o número de acções de que forem titulares.

3) Na convocatória de qualquer reunião da assembleia geral poderá ser logo fixada uma segunda data de reunião para o caso de a assembleia não poder reunir-se na primeira data marcada por falta de quórum, mas entre as duas datas deverá mediar, pelo menos, o prazo de 15 dias.»

Para efeitos da outorga da escritura pública de alteração do contrato de sociedade em conformidade com as deliberações aprovadas nos termos do presente ponto cinco, a assembleia geral mais deliberou mandatar qualquer um dos actuais administradores da sociedade para, individualmente, a representar no competente acto notarial.

Entrando no ponto 6.º da ordem do dia, o presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra ao presidente do conselho de administração, que informou que devem ser aprovadas em assembleia geral as alterações do «Regulamento de Concessão de Garantias» que foram negociadas com o Banco de Portugal e que decorrem do acréscimo de actividade da sociedade e da elevação do capital social efectuada para corresponder ao referido acréscimo de actividade.

Seguidamente, o presidente da mesa da assembleia geral leu as propostas de alteração do «Regulamento de Concessão de Garantias», que são as seguintes:

A) Na introdução:

1) Alteração da redacção do 3.º parágrafo:

«Esta finalidade é prosseguida pela Garval através da realização de operações financeiras, principalmente emissão de garantias e prestação de serviços conexos, em benefício de micro, pequenas e médias empresas, ou de entidades representativas destas, que sejam suas accionistas, os designados mutualistas, tendo em vista promover e facilitar o seu acesso ao financiamento, junto do sistema financeiro e do mercado de capitais.»

2) Aditamento de um novo parágrafo final (8.º):

«O apoio à criação de empresas ou à reestruturação empresarial, dado o elevado grau de risco, as fortes necessidades financeiras e o envolvimento e acompanhamento necessários, nomeadamente através da presença regular no dia-a-dia das empresas, fica reservado, em regra, a linhas especiais de garantias com acordos de contragarantia também específicos — o FCGM funciona através de dotações de entidades públicas, normalmente designadas por «gavetas», com regras e limites de contragarantia aplicáveis a cada uma delas, de acordo com as regras estipuladas pelos dotadores públicos do FCGM, ouvida a sociedade gestora (a SPGM), e atentas as diferentes tipologias de operações.»

B) Artigo 30.º, n.º 3:

«3.3) Rendibilidade:

As garantias devem ser concedidas tendo em conta parâmetros de rendibilidade que permitam garantir a continuidade da sociedade, ponderados os efeitos da contragarantia do FCGM.»

C) Artigo 4.º:

«4) Condições específicas de concessão de garantias:

4.1) Resultantes de legislação:

De acordo com a legislação específica devem ter-se em conta as seguintes condições:

Só podem ser accionistas beneficiários as micro, pequenas e médias empresas portuguesas e as entidades representativas de qualquer destas categorias de empresas, isto é, os mutualistas;

Só os accionistas beneficiários, e após realização da necessária participação no capital, podem ser alvo de operações ou serviços da Garval;

Esta participação não poderá ser objecto de transmissão até à extinção da garantia e será dada em penhor em benefício da Garval, como contragarantia da garantia prestada.

4.2) Participação no capital:

O carácter mutualista da Garval implica a aquisição de acções pelos accionistas beneficiários, em montante não inferior a 1% nem superior a 5% do valor da garantia a prestar, com um mínimo de 100 euros.

Compete ao conselho de administração da sociedade fixar, em cada momento do tempo, o valor a aplicar para a participação mutualista no capital da sociedade, dentro dos limites definidos no parágrafo anterior.

Sem prejuízo dos limites a definir, no caso do accionista beneficiário solicitar novas operações de garantia, a Garval poderá descontar, para este cálculo, as acções que excedam a percentagem que esteja estabelecida sobre valor vivo das garantias anteriormente prestadas.

Será promovida a adesão ao mutualismo desde o primeiro contacto com a empresa, no qual é explicado o funcionamento do Sistema Nacional de Garantia Mútua, designadamente a contragarantia prestada a cada operação pelo Fundo de Contragarantia Mútuo — FCGM.

Sempre que a aquisição de acções ocorra no âmbito da prestação de garantias, o mutualista terá opção de venda destas acções à própria sociedade.

Verificado o disposto nos artigos 15.º do Decreto-Lei n.º 211/98 e 8.º dos estatutos, a Garval adquirirá as acções decorridos 180 dias sobre o termo do respectivo exercício social, podendo liberar-se desta obrigação se encontrar um comprador.»

D) Artigo 5.º:

«5) Órgãos de decisão:

5.1) Plenário da Comissão Executiva:

Composta por um presidente e dois ou quatro administradores, decide por delegação de poderes do conselho de administração, sobre todas as operações de garantia que impliquem, em regra, individual ou cumulativamente, por empresa ou grupo de empresas, um valor de envolvimento da Garval superior a 250 000,00 euros, no caso de garantias financeiras, ou 300 000,00 euros, no caso de garantias não financeiras e garantias técnicas.

5.2) Presidente da comissão executiva:

Decide, por delegação de poderes da comissão executiva, sobre operações de garantia que impliquem, individual ou cumulativamente, por empresa ou grupo de empresas, um valor de envolvimento da Garval até 250 000 euros, no caso de garantias financeiras, ou 300 000 euros, no caso de garantias não financeiras e garantias técnicas, com uma variação máxima não superior a 10%.

Na impossibilidade de decisão a este nível, as decisões serão tomadas pela comissão executiva.

5.3) Director:

Decide, por delegação de poderes do presidente da comissão executiva, sobre operações de garantia que impliquem, individual ou cumulativamente, por empresa ou grupo de empresas, um valor de envolvimento da Garval não superior a 75 000 euros, no caso de garantias financeiras, ou 100 000 euros, no caso de garantias não financeiras e garantias técnicas, com uma variação máxima não superior a 10%. Na impossibilidade de decisão a este nível, a decisão será tomada pelo presidente da comissão executiva.»

O presidente do conselho de administração justificou aos accionistas todas as propostas de alteração formuladas pelo órgão de administração da sociedade, referindo-se, a este propósito, (*i*) a uma nova área de actividade que a sociedade deve explorar, que é a do apoio ao investimento inicial de criação de empresas, (*ii*) ao facto de os accionistas mutualistas já titularem uma percentagem do capital da sociedade suficiente para ser possível a redução da percentagem de capital social que devem subscrever quando adquirem a referida qualidade de accionistas mutualistas, (*iii*) sem prejuízo do que antecede, à necessidade de o conselho de administração poder determinar o acréscimo da percentagem de capital social a adquirir pelos accionistas mutualistas caso, em consequência de futuras elevações do capital social, se revele necessária a redução da percentagem de capital social detido pelos accionistas promotores ao limite máximo legalmente definido, (*iv*) à exigência de reforço dos mecanismos de delegação de competências decisórias que decorre do acréscimo da actividade social.

Prestados os esclarecimentos que antecedem, as alterações à redacção do «Regulamento de Concessão de Garantias» propostas pelo conselho de administração e acima transcritas foram, nos seus exactos termos, aprovadas por unanimidade dos votos dos accionistas presentes.

Ninguém mais pretendendo usar da palavra, ficou esgotada a ordem do dia, pelo que o presidente da mesa, pelas 17 horas e 30 minutos, deu por encerrados os trabalhos da assembleia geral, tendo da mesma lavrado a presente acta que é por ele assinada.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros*. 3000206075